



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 22 de fevereiro de 2025

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,37% São Paulo	128.531	R\$ 5,730 (+ 0,46%)	17/fevereiro 5,712 18/fevereiro 5,689 19/fevereiro 5,726 20/fevereiro 5,704	R\$ 1.518	13,15%	13,43%	Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16
1,69% Nova York	127.128						
	18/2 19/2 20/2 21/2						

ORÇAMENTO

Montante servirá para socorrer a indústria do agro, que teve suspensos os subsídios do Plano Safra. O aporte vem após representantes do setor no Congresso criticarem a falta de planejamento da equipe chefiada por Fernando Haddad

Governo libera R\$ 4 bi para crédito rural

» RAPHAEL PATI
» RAFAELA GONÇALVES

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Após o Tesouro Nacional suspender as novas contratações de financiamentos com subvenção federal nas linhas de crédito do Plano Safra 2024/25, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou, ontem, que o governo vai publicar uma medida provisória até a próxima segunda-feira, com a previsão de um valor extraordinário para evitar a descontinuação do programa.

De acordo com Haddad, o valor estimado para o crédito será de R\$ 4 bilhões. Ele ressaltou diversas vezes, ao longo da entrevista concedida a jornalistas, na capital paulista, que o valor estará dentro dos limites previstos pelo arcabouço fiscal. “Não há impacto fiscal do ponto de vista do arcabouço fiscal. É um crédito extraordinário formalmente, porque não há outra solução possível, neste momento, em que o Orçamento não foi aprovado. Nós esperamos que o Congresso aprove o Orçamento já com essa previsão oportunamente. Mas o plano não sofrerá descontinuidade”, disse Haddad.

TCU

O titular da Fazenda ressaltou que a decisão foi confirmada após conversas com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, que informou ao ministro que não seria possível haver continuidade do programa sem a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2025. A expectativa é que o Orçamento deste ano seja aprovado somente após o Carnaval.

Diante disso, Haddad reconheceu que houve pressão por parte de Lula para encontrar uma

A suspensão do programa para o agronegócio ocorre no momento em que produtores do Brasil se preparam para a safra de inverno



É importante levar à consideração dos parlamentares, sobretudo o presidente do Congresso, que é importante aprovar o orçamento. Nós já estamos terminando fevereiro, e para o bem da execução orçamentária, que o orçamento seja aprovado”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

solução para o problema. “Ele quer, em 2025, um grande Plano Safra, como nos seus dois primeiros anos de governo”, disse. Desta forma, ressaltou que não há “outra solução jurídica possível”, e que o valor será acomodado dentro dos limites do arcabouço fiscal.

Durante a coletiva, Haddad ainda aproveitou para cutucar o Congresso Nacional, pelo atraso na aprovação da peça orçamentária que, de acordo com a regra constitucional,

deveria ter sido sancionada até o dia 31 de dezembro do ano passado. Ele lembrou que foi a terceira vez, em 20 anos, que o orçamento não foi aprovado dentro desse prazo. “É importante levar à consideração dos parlamentares, sobretudo o presidente do Congresso, que é importante aprovar o orçamento. Nós já estamos terminando fevereiro, e para o bem da execução orçamentária, que o orçamento seja aprovado”, disse, ainda, o ministro.

Suspensão

A decisão do Tesouro Nacional de suspender o Plano Safra foi atribuída à elevação da taxa básica de juros, a Selic, que provocou aumento de gastos para equalizar operações de crédito referentes ao Plano Safra, e a não aprovação da peça orçamentária. A medida, no entanto, não atinge operações de custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que continuará disponível. A suspensão da operação para grandes empresários ocorre no momento em que produtores do Brasil se preparam para a safra de inverno e pode afetar o acesso ao crédito rural, elevando custos para os agricultores.

As linhas subsidiadas do Safra oferecem uma taxa de juros de 8% para o custo de venda e um percentual de 7% a 12% para investimentos na produção. Atualmente, a Selic está em 13,25% ao ano, com expectativa de chegar a 14,25% na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em março. Com a elevação da taxa de juros, são necessários mais recursos orçamentários para esta operação. De acordo com a entidade, estima-se que os recursos necessários sejam de, ao menos, R\$ 22 bilhões para equalizar os juros durante 2025 que deve enfrentar uma Selic de 15% ao ano, segundo previsões do mercado.

No documento, que foi enviado às instituições financeiras, o Tesouro indicou que os custos com os programas subsidiados cresceram. O ofício, assinado pelo Secretário Rogério Ceron, diz que a decisão foi tomada após a divulgação de uma nova grade de parâmetros pela Secretaria de Política Econômica (SPE), com “um aumento relevante dos gastos devido à forte elevação nos índices econômicos que compõem os custos das fontes em relação aos utilizados na confecção do Projeto de Lei Orçamentária — PLOA 2025, ainda em tramitação.”

Houve falta de responsabilidade fiscal, diz FPA

Entidades ligadas ao agronegócio criticaram a falta de planejamento fiscal do governo para a execução do programa. Para a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a suspensão anunciada pelo Tesouro, justificada pelo aumento da taxa básica de juros (Selic), foi impulsionada pela “falta de responsabilidade fiscal do governo e pela desvalorização da moeda”, e pode gerar impactos no preço de itens da cesta básica.

“No mesmo dia em que o crédito rural é suspenso, a Presidência da República afirma não haver necessidade de cortar gastos. Culpar o Congresso Nacional pela própria incapacidade de gestão dos gastos públicos não resolverá o problema. A má gestão impacta no aumento dos juros e impede a implementação total dos recursos necessários”, rebateu a frente em nota.

Os parlamentares afirmaram que o setor privado aporta R\$

1 trilhão na produção agropecuária e que o governo federal atua “apenas como complemento, subsidiando parte dos financiamentos”. “Apesar disso, a falta de controle orçamentário impede um planejamento eficiente. Itens da cesta básica, como proteínas e ovos, têm seus custos de produção diretamente afetados, já que as rações utilizadas são produzidas a partir de grãos, culturas impactadas pela falta de recurso”, destaca a nota.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), principal representante do setor no país, disse entender as dificuldades orçamentárias, mas sugeriu que a decisão seja revista para garantir os recursos prometidos. “O produtor rural não pode ser prejudicado pelas entraves na aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e pela falta de planejamento perante os desafios fiscais enfrentados atualmente”, disse em nota.

A confederação ainda destacou que a decisão compromete o acesso ao crédito rural, essencial para o desenvolvimento do setor, produção de alimentos e crescimento econômico do país. “Essa interrupção repentina prejudica os produtores rurais, principalmente aqueles pequenos e médios, que lançam mão dos recursos do Plano Safra para financiar suas atividades”, argumentou a CNA.

Incertezas

Em comunicado à imprensa, a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) também demonstrou preocupação com a interrupção das novas contratações de financiamentos. A entidade avalia que a medida anunciada trará ainda mais incertezas a um setor que é uma verdadeira indústria a céu aberto, representa aproximadamente 22% da economia nacional — o PIB do

Divulgação/FPA



Integrantes da FPA assinaram a nota contra a suspensão do Plano Safra

agro em 2024 foi de mais de R\$ 2,58 trilhões — e tem papel fundamental na segurança alimentar e energética do país.

“Ainda, o impacto do freio ao Plano Safra se estenderá por uma ampla cadeia econômica, atingindo diretamente segmentos

como indústria, tecnologia, logística e diversos outros segmentos que dependem do dinamismo do agronegócio”, projetou. De acordo com a associação, uma limitação de crédito subsidiado vai atingir diretamente os agricultores em mais um ano de safra recorde, “pois acarretará uma perda de produtividade no campo e conseqüentemente um aumento no preço dos alimentos, que serão repassados aos consumidores, além de provocar uma perda da competitividade no mercado internacional”.

A Abag destacou também os possíveis impactos sobre o preço dos alimentos, que já estão pressionados e são uma das principais preocupações do governo Lula no momento. “O reflexo disso poderá ser sentido em toda a economia, com a possibilidade de retração na geração de empregos, aumento dos custos de produção e, é claro, efeito direto nos alimentos”, disse. (RG)